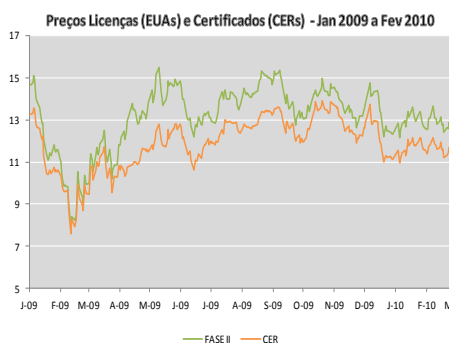


## Mercados de CO<sub>2</sub>



A aguardar pela entrega, no dia 26 de Fevereiro, das licenças de emissão aos 12 000 industriais europeus abrangidos pelo CELE, o mercado de carbono acabou por estar menos líquido e menos volátil durante esse mês, tendo o preço subido apenas 10 cêntimos em relação ao fecho do mês de Janeiro.

A partir desta semana é previsível que os volumes aumentem consideravelmente com a pressão vendedora a fazer-se sentir, em particular, por parte dos sectores de produção de aço, vidro, cimento e cerâmica. Estes sectores continuam claramente excedentários de licenças face ao actual cenário de fraco crescimento económico europeu. Do lado comprador, o mercado tem sido sustentado por parte do sector termoeléctrico que tem vindo a antecipar as suas compras referentes ao período pós 2012, no qual já não terão licenças gratuitas à sua disposição. (cont. pág.2)

valores em €	26-Fev	Δ Mensal	%
EUA Spot	12,79	0,10	0,79%
Fut 2010	13,00	0,61	1,09%
Fut 2011	13,47	0,79	1,20%
Fut 2012	14,10	0,03	0,21%
CERs Spot	11,74	0,14	1,21%

## Entrevista de Gonçalo Cavalheiro ao Portal VER acerca do Acordo de Copenhaga e da Demissão de Yvo De Boer

Gonçalo Cavalheiro comentou ao VER o panorama actual das negociações pelo Clima.

"No México, ou depois disso, chegaremos a um substituto do Protocolo de Quioto, com compromissos quantitativos legalmente vinculativos para os primeiros e com compromissos voluntários para os segundos"  
(cont. pág 2)

	26-Fev	%
UK Gas (NBP p/th)	32,40	-22,86%
Carvão (API2 USD/t)	83,90	3,26%
Brent (USD/barrel)	77,59	8,58%
Crude (USD/barrel)	79,66	9,29%

## As energias renováveis em Portugal

A cada vez maior consciência internacional sobre o paradigma das alterações climáticas, aliada à volatilidade dos preços verificada nos mercados petrolífero e do gás, tem aumentado claramente as preocupações associadas ao fornecimento sustentável de energia a um custo previsível e reduzido.

Consequentemente, à medida que alguns países visam simultaneamente proteger o meio ambiente e a sustentabilidade energética, as políticas de fomento ao desenvolvimento da produção de energia com origem em fontes renováveis são hoje uma realidade incontornável.

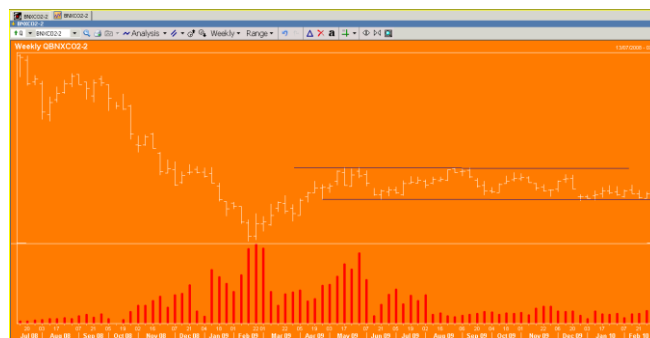
(cont. pág 3)

## Mercados de CO<sub>2</sub> (cont.)

Apesar das inúmeras variáveis que teoricamente influenciam este mercado, nomeadamente o preço do Petróleo, Gás Natural e Carvão, dos preços da Electricidade em particular na Alemanha e Reino Unido, das evoluções nas negociações das Políticas Ambientais com destaque para as negociações para o período pós 2012, das condições climatéricas, entre muitas outras, o que temos constatado na prática é que desde Abril de 2009, os preços de mercado têm variado entre os €12.5 e os €14.5, tendo percorrido este túnel nove vezes até ao momento (desde Dezembro a gama de valores estabeleceu-se entre €12.5 e €13.5, sensivelmente). Ou seja, na prática não encontramos nenhuma correlação suficientemente forte que explique claramente o comportamento deste activo, para além do crescimento económico, não sendo para já previsível, no futuro próximo, que se venha a alterar.

Em suma, ou até ao final do ano os sinais de uma sólida recuperação económica e consequentemente de um aumento da produção industrial são evidentes na economia real, ou continuaremos a ter este

mercado sustentado pelas compras do sector eléctrico quando os preços se aproximam do limite inferior do *range* e limitado pelo aumento das vendas dos restantes sectores na parte superior dessa.



Francisco Rosado  
Director  
[frosado@ecotrade.pt](mailto:frosado@ecotrade.pt)

## Entrevista de Gonçalo Cavalheiro ao Portal VER acerca do Acordo de Copenhaga e da Demissão de Yvo De Boer (cont.)

**O que é expectável para o combate às alterações climáticas, incluindo na Cimeira da ONU no México, depois do fracasso da COP-15 ao nível da obtenção de um acordo legal?**

Copenhaga foi, em certa medida, excepcional por nos ter dado uma antevisão do que será um acordo internacional com um ano de antecedência: no México, ou depois disso, chegaremos a um substituto do Protocolo de Quioto que manterá uma forte diferenciação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com compromissos quantitativos legalmente vinculativos para os primeiros e com compromissos voluntários para os segundos.

**Que impacto tem o compromisso formal de 55 países assumido este mês para reduzir as emissões, na sequência do acordo vinculativo alcançado em Copenhaga (considerando que este passo ainda não foi dado por outros 137 países)?**

Nenhum, devo dizer. Infelizmente, cada um dos 55 países que respondeu formalmente ao apelo inscrito no Acordo de Copenhaga limitou-se a repetir o que já tinham dito formal e informalmente antes da conferência de Dezembro. O Acordo de Copenhaga não foi suficiente para levar nenhum país a querer ir mais além no esforço de redução de emissões. Desse ponto de vista, estamos exactamente na mesma situação em que nos encontrávamos antes de Copenhaga. Se não estivermos pior.

**Como avalia a criação do painel para cobrar os fundos para o combate às alterações climáticas anunciado por Ban Ki-moon?**

A gestão de fluxos financeiros entre os países do norte e do sul é um tema político da maior sensibilidade. O combate às alterações climáticas exige um volume de financiamento que não é compatível com os mecanismos tradicionais de gestão de fundos de cooperação, tal como Ban Ki-moon propôs. Não sendo possível evitar a criação de tais fundos e de tais painéis para a respectiva gestão, o dinheiro canalizado através desse tipo de canais é, sempre, só a ponta do iceberg dos fluxos financeiros para o combate às alterações climáticas.

**A demissão de Yvo de Boer deve-se mesmo ao fracasso em Copenhaga ou, como o próprio já disse, pode ser um contributo para os trabalhos futuros, visto que ficará ligado às questões do Clima nos sectores empresarial e académico?**

Yvo de Boer deixa o trabalho a meio. Não me parece que Yvo de Boer seja pessoa para desistir, pelo que só acredito que tenha saído de sua livre e espontânea vontade para ir fazer algo de novo noutra local. Apesar de nem sempre ter tido um desempenho brilhante,

parece-me que esta é uma má altura para ser substituído. O seu sucessor terá muito pouco tempo para se preparar para a reunião do México, embora se possa esperar que se trate de alguém com grande

experiência negocial e fortes conhecimentos específicos sobre as alterações climáticas.

Fonte:

[http://www.ver.pt/NewsletterLib/Newsletter\\_ver\\_106\\_2302\\_2010.html](http://www.ver.pt/NewsletterLib/Newsletter_ver_106_2302_2010.html)

## As Energias Renováveis em Portugal (cont.)

A Directiva da U.E. relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis constitui o motor principal em que assenta a actual política energética europeia, tendo sido "exigido" a cada Estado Membro que estabeleça uma proporção específica do seu consumo de energia eléctrica a partir de fontes de energia renovável até 2020. Neste enquadramento Portugal propôs-se dispor de 45% da energia eléctrica gerada a partir de fontes renováveis até 2010.

No final de Outubro de 2009, apenas 31,5% da energia eléctrica produzida (e importada) em Portugal teve origem em fontes renováveis. Neste mesmo período, Portugal apresentava uma capacidade instalada para a produção de energia eléctrica a partir deste tipo de fontes de 8.908 MW, maioritariamente suportada pelas capacidades instaladas nas Hídricas e nas Eólicas.

A energia fotovoltaica, não obstante a capacidade instalada ter aumentado significativamente nos últimos anos, tem ainda um peso bastante reduzido na capacidade instalada total.

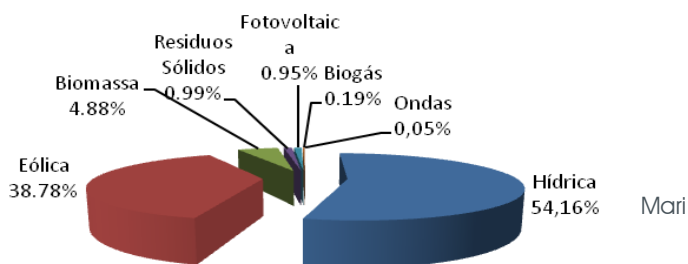
É intenção de Portugal assegurar em 2020 uma posição entre os 5 líderes europeus ao nível dos objectivos em matéria de energias renováveis. Nesse sentido, o Orçamento de Estado Português preconiza a continuidade e o reforço do investimento neste sector, prioritariamente na Eólica e na Hídrica, com o objectivo de, no horizonte de 2020, assegurar a duplicação da capacidade de produção de energia eléctrica a partir deste tipo de fontes e dessa forma eliminar as importações de energia (actualmente cerca de 20% do consumo).

Em relação à Eólica, pretende-se aumentar o objectivo definido para 2020 para 8.500 MW de capacidade instalada (objectivo actual é 5.100 MW). No domínio da Hídrica destaca-se a implementação de um conjunto de medidas no curto prazo de forma a reforçar a potência em infra-estruturas hidroeléctricas já existentes. Importa ainda realçar a intenção de apoiar a criação de fileiras industriais e de I&D no solar, ondas, veículos eléctricos e redes inteligentes, sendo também evidente a intenção de reforçar os recursos afectos a I&D no sector energético e assegurar a sua forte conexão com o sistema.

Equipa de gestão do New Energy Fund

[hbaptista@ecoprogresso.pt](mailto:hbaptista@ecoprogresso.pt)

Potência Instalada de Renováveis em Portugal - Out/2009



## A Vila do Clima já está no facebook. Torne-se fã!



## O combate às alterações climáticas continuará a ser uma prioridade para a União Europeia



O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, escreveu uma mensagem aos chefes de Estado e do Governo da UE, na qual confirma o compromisso da região no combate às alterações climáticas.

"Trabalhar em conjunto para manter as nossas ambições no âmbito das alterações climáticas vai continuar a ser

um dos mais importantes desafios deste ano", escreveu Durão Barroso.

"A maioria de nós estivemos em Copenhaga e penso que nenhum de nós ficou satisfeito com o resultado. Tivemos esperanças que ao liderarmos pelo exemplo, e pelo compromisso de reduzir as emissões em 30%, isso seria suficiente para os outros também se comprometerem. Isto não aconteceu. Mas esta não é a melhor altura para duvidarmos dos nossos compromissos." Durão Barroso referiu que implementar

o pacote energia-clima é mostrar como o combate às alterações climáticas é um elemento dinâmico na estratégia de crescimento e criação de postos de trabalho. Isto mesmo é reconhecido na proposta, apresentada anteontem pela Comissão de plano, que visa substituir a Estratégia de Lisboa, sendo um dos cinco objectivos estruturais a redução das emissões de CO<sub>2</sub> em 20% face aos valores de 1990, aumento da contribuição das energias renováveis em pelo menos 20% do total, e redução do consumo de energia de pelo menos 20%.

A necessidade de continuar o processo internacional de negociações que vise alcançar um novo acordo que substitua o Protocolo de Quioto é referida como prioridade bem como uma rápida implementação do financiamento definido em Copenhaga.

O objectivo da União Europeia é não perder o papel de liderança que assumiu nesta área e o combate às alterações climáticas vai continuar a ser um dos principais desafios.

Maria João Ramos  
[mramos@ecoprogresso.pt](mailto:mramos@ecoprogresso.pt)

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação  
[mramos@ecoprogresso.pt](mailto:mramos@ecoprogresso.pt)  
T +351 217 981 210

Para Trading de Licenças contacte:

Francisco Rosado | Director de Trading  
[frosado@ecoprogresso.pt](mailto:frosado@ecoprogresso.pt)  
T +351 217 981 212